

**Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Itapecerica – CIMMVI**  
**Pregão Eletrônico nº 003/2025 (SRP)**  
**Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 008/2025**

**ASSUNTO:** Recurso Administrativo

**RECORRENTE:** B2G Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda.

**RECORRIDA:** FIND Soluções Corporativas Ltda.

**DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto por B2G Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda., com fundamento no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 11 do Edital, em face da decisão que manteve a desclassificação de sua proposta no âmbito do Pregão Eletrônico nº 003/2025, bem como da habilitação e classificação da empresa FIND Soluções Corporativas Ltda., especialmente quanto ao Item 12 – Locação de Totem de Autoatendimento.

Recebi os autos com a Decisão do Pregoeiro, datada de 12 de janeiro de 2026, na qual foram analisadas a admissibilidade e o mérito recursal, bem como as contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, concluindo-se pelo conhecimento do recurso e das contrarrazões e, no mérito, pelo não provimento do recurso, com manutenção dos atos praticados e determinação de prosseguimento do certame.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Examinando detidamente os autos, acolho integralmente as razões constantes na Decisão do Pregoeiro, adotando-as como fundamento desta decisão, por estarem em consonância com o edital, com os princípios que regem as contratações públicas e com a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto:

1. À força normativa do edital e à exigência objetiva de disputa em grupo único, prevista expressamente no item 1.2 do instrumento convocatório, impondo-se a desclassificação da proposta que não contemple a totalidade dos itens do grupo;
2. À natureza instrumental do sistema eletrônico, que não tem o condão de alterar as regras editalícias nem de afastar a vinculação ao instrumento convocatório;
3. À impossibilidade de saneamento da falha, por se tratar de desconformidade insanável (ausência de proposta válida para o objeto considerado em sua integralidade), nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições do Termo de Referência que descrevem a execução de forma integrada e indivisível;

4. À ausência de previsão editalícia de catálogo/manual/ficha técnica como requisito de habilitação ou critério de julgamento, sendo o material técnico complementar apresentado pela recorrida medida voluntária e sem impacto no julgamento objetivo.

Assim, não há elementos novos aptos a alterar a conclusão administrativa já firmada.

### **III – DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Autoridade Competente, com fundamento no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas regras do Edital, DECIDO:

- a) CONCORDAR integralmente com a Decisão do Pregoeiro, adotando-a como razão de decidir;
- b) CONHECER do Recurso Administrativo interposto por B2G Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda. e das Contrarrazões apresentadas por FIND Soluções Corporativas Ltda.;
- c) NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se:
  - 1. a desclassificação da proposta da empresa B2G, por descumprimento objetivo das disposições editalícias;
  - 2. a habilitação e classificação da empresa FIND Soluções Corporativas Ltda.;
- d) DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a retomada das etapas subsequentes, inclusive a redesignação da sessão de Prova de Conceito, se for o caso, mediante prévia comunicação aos interessados e registro nos autos;
- e) DETERMINAR a ciência formal às licitantes e as providências de praxe (publicação/registro), nos termos aplicáveis.

Divinópolis/MG, 13 de janeiro de 2026.

**Julliano Lacerda Lino**  
**Presidente do CIMMVI**